



Comissão
Europeia



N.º 62 agosto 2013

A PESCA E A AQUICULTURA NA EUROPA

- ✧ **Reforma da Política Comum das Pescas: um futuro sustentável**
 - ✧ Seafood Expo
 - ✧ Dia Europeu do Mar
- ✧ Plano de Ação para a Estratégia Atlântica: proteção dos ambientes marinhos e criação de emprego
- ✧ Energia marinha: elevado potencial para a Europa

Conferências e reuniões

Conferências Anuais de Ciência do CIEM 2013, Reiquiavique (Islândia), 23-27 de setembro de 2013

Sítio web: www.ices.dk
E-mail: ASCinfo@ices.dk
Tel.: +45 33 38 67 00

Seafood Barcelona 2013, Barcelona (Espanha), 15-17 de outubro de 2013

Sítio web: www.seafoodbarcelona.com
E-mail: info@seafoodbarcelona.com
Tel.: +1 207 842-5400

CICAA, reunião ordinária da Comissão, Cidade do Cabo (África do Sul), 18-25 de novembro de 2013

Sítio web: www.iccat.int
E-mail: info@iccat.int
Tel.: +34 91 4165600

Agenda institucional

Comissão das Pescas do Parlamento Europeu

Sítio web: www.europarl.europa.eu
E-mail: ip-PECH@europarl.europa.eu
Tel.: + 32 2 284 49 09 (Bruxelas, Bélgica)
ou + 33 3 88 17 67 69 (Estrasburgo, França)
• 5 de setembro de 2013, Bruxelas (Bélgica)
• 18 de setembro de 2013, Bruxelas (Bélgica)
• 3 de outubro de 2013, Bruxelas (Bélgica)
• 14 de outubro de 2013, Bruxelas (Bélgica)
• 17 de outubro de 2013, Bruxelas (Bélgica)
• 27-28 de novembro de 2013, Bruxelas (Bélgica)
• 16-17 de dezembro de 2013, Bruxelas (Bélgica)

Conselho de Agricultura e Pesca da União Europeia

Sítio web: www.consilium.europa.eu
• 23 de setembro de 2013, Bruxelas (Bélgica)
• 17-18 de outubro de 2013, Luxemburgo (Grão Ducado do Luxemburgo)
• 18-19 de novembro de 2013, Bruxelas (Bélgica)
• 16-17 de dezembro de 2013, Bruxelas (Bélgica)

2 CALENDÁRIO

3 EDITORIAL

Reforma da Política Comum das Pescas: um acordo histórico

4-7 ATUALIDADE

Reforma da Política Comum das Pescas: um futuro sustentável para peixes e pescadores

8-9 EVENTOS

Seafood Expo promove a inovação europeia

Dia Europeu do Mar: conectividade, turismo marítimo sustentável e gestão costeira

10-11 ATUALIDADE

Plano de Ação para a Estratégia Atlântica procura proteger os ambientes marinhos e criar emprego

A energia oceânica representa um elevado potencial para o futuro de uma Europa de baixo carbono

12 EM RESUMO

Aviso aos leitores

Faça chegar os seus comentários ou sugestões à seguinte morada: Comissão Europeia – Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e da Pesca – Unidade «Informação, comunicação, relações interinstitucionais, avaliação e programação» – Rue de la Loi 200 – B-1049 Bruxelles ou pelo fax (+ 32) 2 297 95 64 mencionando *A pesca e a aquicultura na Europa*. E-mail: fisheries-magazine@ec.europa.eu

- O sítio web de Maria Damanaki, Comissária Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas > http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/damanaki/index_en.htm
- A aplicação: o Atlas marítimo europeu > http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/atlas/index_pt.htm
- O sítio web temático das pescas > http://ec.europa.eu/fisheries/index_pt.htm
- O endereço do sítio web dos Assuntos Marítimos > http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/index_pt.htm
- Um novo boletim eletrónico > http://ec.europa.eu/dgs/maritimeaffairs_fisheries/index_pt.htm

A pesca e a aquicultura na Europa é uma revista publicada pela Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia. É distribuída gratuitamente através de um simples pedido de assinatura (ver cupão na p. 12). *A pesca e a aquicultura na Europa* é editada cinco vezes por ano. Encontra-se igualmente disponível no sítio da Internet da Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas: http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/magazine/index_pt.htm

Editor responsável: Comissão Europeia, Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas, o Diretor-geral.

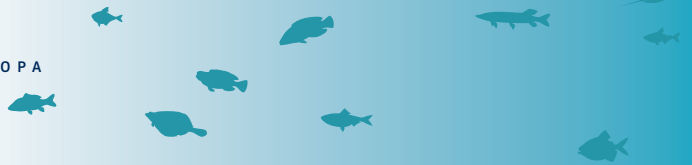
Declaração de exoneração de responsabilidade: embora seja responsável pela produção geral desta revista, a Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas não se responsabiliza pelo rigor, conteúdo ou opiniões expressas em qualquer artigo. Salvo indicação em contrário, a Comissão não partilha nem subscreve qualquer ponto de vista expresso nesta publicação, pelo que nenhuma declaração nela contida reflecte a opinião da Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia.

A Comissão não oferece garantias sobre o rigor dos dados apresentados nesta publicação e nem a Comissão nem qualquer pessoa que actue em nome dela são responsáveis pela utilização que possa ser feita destes dados.

© União Europeia, 2013

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Fotografia da capa: © União Europeia



Reforma da Política Comum das Pescas: um acordo histórico

Após dois anos de intensas negociações, o pacote de reforma das pescas apresentado pela Comissão Europeia em 2011 foi finalmente concluído no final de maio de 2013. O consenso das instituições da UE em torno do plano, que entrará em vigor no início de 2014, foi generalizado.

Para Maria Damanaki, Comissária Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, trata-se de um *«acordo histórico que mudará radicalmente a nossa forma de pescar»*.

As pescas europeias são geridas a nível da UE desde a década de 80, tendo sido sujeitas a várias reformas desde então. No entanto, novos desafios exigem abordagens modernas. A sobrepesca e as devoluções são insustentáveis. Os ecossistemas marinhos são frágeis e o bem-estar das comunidades costeiras e da indústria pesqueira europeia encontram-se sob pressão. É necessário um plano de ação sólido que integre todos os aspetos da sustentabilidade: ambiental, económica e social.

Os biólogos marinhos e os economistas concordam que os níveis de captura devem corresponder à produtividade das unidades populacionais a longo prazo. Tal faz sentido não só em termos ambientais, mas também económicos. Um dos aspetos essenciais para a reforma é um compromisso de basear todas as decisões de gestão em evidência científica, a fim de obter níveis sustentáveis de exploração dentro de um prazo ambicioso.

Foi também definido um roteiro específico para pôr termo às devoluções. Os pescadores dispõem de incentivos para adquirir equipamento mais especializado, adotar estratégias de pesca e técnicas inovadoras que previnam as capturas indesejadas e diversificar a sua atividade para novos setores da economia marítima.

Em toda a Europa, os mais experientes terão mais influência para ajudar a determinar o que é melhor para as pescas europeias. As autoridades nacionais assumirão responsabilidades de gestão, a indústria irá tornar-se num interveniente-chave e os consumidores terão acesso a melhor informação acerca do peixe que adquirem.

Longe de ser uma mera operação cosmética, a reforma da Política Comum das Pescas revê todo o sistema atual. Através de diversas medidas interdependentes e de uma visão a longo prazo, prevê pescas sustentáveis para os mares europeus e coloca as zonas costeiras europeias no bom caminho para a recuperação económica.

A redação



© Shutterstock

 ATUALIDADE

Reforma da Política Comum das Pescas: um futuro sustentável para peixes e pescadores

Maria Damanaki, Comissária Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, considerou prioritária a eliminação do problema da sobrepesca, afirmando que «Estamos a lançar as bases de um futuro sustentável para os nossos pescadores e o nosso setor. Conseguiremos este objetivo fazendo com que as unidades populacionais de peixes voltem a atingir níveis de sustentabilidade, alinhando as possibilidades de pesca pelos pareceres científicos e pondo termo a práticas esbanjadoras tais como as devoluções e o gasto de dinheiro público na retirada de peixe desembarcado».

Resolver a questão da sobrepesca e assegurar um futuro estável para os nossos mares e para as comunidades que deles dependem são os principais objetivos da reforma da Política Comum das Pescas (PCP). Tal implica a criação de um setor mais robusto e lucrativo que, ao mesmo tempo, proteja as unidades populacionais de peixes e os ecossistemas marinhos.

O acordo político obtido entre o Conselho de Ministros da UE e o Parlamento Europeu sobre a reforma da PCP foi anunciado a 30 de maio. O anúncio representou o culminar de um processo iniciado em 2009 com amplas consultas públicas que, por sua vez, levou à adoção das propostas apresentadas pela Comissão em julho de 2011.

Acerca deste acordo, a Comissária Maria Damanaki declarou: «Para todos os intervenientes nos setores das pescas e da aquicultura trata-se de um marco histórico. Vamos mudar radicalmente a nossa forma de pescar no futuro».

Porquê uma reforma da PCP?

A PCP é uma política em constante evolução que deve continuar a adaptar-se às mudanças a nível político, económico, cultural e marinho. A nova reforma surge em resposta às incertezas e desafios que se colocam atualmente ao setor da pesca, tais como a redução das capturas, o aumento dos custos e as ameaças ao ambiente marinho. Representa uma abordagem mais global à gestão do mar, que procura criar ativamente um setor mais estável em termos económicos, ambientais e sociais, mas menos dependente de apoio financeiro.

Os principais desafios que se colocam ao setor serão abordados com base em dados científicos fiáveis sobre o estado dos recursos e as soluções serão implementadas a pensar no longo prazo. O âmbito da reforma é ambicioso, mas todas as partes envolvidas concordam que este é o momento certo para agir. Embora os riscos sejam elevados, é necessária uma resposta eficaz em todas as frentes.

As devoluções serão proibidas através de uma obrigação de desembarque e de pescas mais seletivas. Uma nova abordagem de gestão da base para o topo permitirá aos Estados-Membros e às partes interessadas de cada região criar medidas baseadas na situação específica do seu ambiente e indústria.

A substituição do mecanismo de intervenção por um novo instrumento destinado a ajudar os produtores a melhor gerir e comercializar os seus produtos facilitará a transição para uma política mais orientada para o mercado.

Os consumidores também terão um papel mais interventivo. Ao ser-lhes dada melhor informação sobre a cadeia de abastecimento alimentar, contribuirão para que os pescadores obtenham melhores preços de mercado.

Para além de respeitarem plenamente a legislação e os acordos internacionais, os princípios subjacentes à nova PCP estender-se-ão a todos os parceiros de pescas da UE no estrangeiro. Nesse contexto, a reforma da Política Comum das Pescas irá tornar-se numa norma internacional para a pesca e a aquicultura sustentáveis.

As alterações introduzidas têm em conta os melhores interesses dos cidadãos e surgem no momento em que a Europa mais delas precisa. Com esta reforma, a Europa afirma perante o mundo que está em curso uma nova abordagem abrangente às pescas internacionais.

Gestão sustentável das unidades populacionais de peixes: rendimento máximo sustentável

Com base em provas irrefutáveis e perante o amplo consenso em torno da questão, a UE irá comprometer-se com níveis de pesca compatíveis com os objetivos de sustentabilidade. Se assim não fosse, ocorreriam graves consequências para o setor, o ambiente e a cadeia de abastecimento alimentar no seu todo.

É neste contexto que a obtenção de um rendimento máximo sustentável (RMS) e a garantia de unidades populacionais saudáveis constituem os princípios orientadores da reforma da PCP. Com base em evidência científica, a pesca deve ser ajustada para que a exploração atinja níveis que permitam maximizar o rendimento dentro dos limites da sustentabilidade. Esta medida, que já se encontra em curso, está comprovadamente associada a um maior retorno sobre o investimento e a margens de lucro mais elevadas. Outro dos pilares da reforma da PCP consiste em estratégias e técnicas de pesca mais seletivas com vista a minimizar a devolução de capturas indesejadas (peixe mais pequeno e menos valioso). O consumo de combustível será reduzido, visto ser necessário menos tempo para pescar em grandes unidades populacionais. Em resultado, os consumidores terão uma escolha mais alargada e saudável ao seu dispor.

Existe um acordo sólido entre políticos, gestores e partes interessadas quanto à aplicação do RMS, um princípio também acordado ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). O novo regulamento de base da Política Comum das Pescas prevê que as unidades populacionais sejam exploradas dentro de níveis sustentáveis se possível até 2015, o mais tardar até 2020. Este calendário está em conformidade com os compromissos internacionais e comunitários, nomeadamente a Declaração de Joanesburgo de 2002 sobre o Desenvolvimento Sustentável e a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, cujo objetivo é obter uma boa situação ambiental para os nossos mares.

Os objetivos de gestão dos recursos foram apenas parcialmente cumpridos, o que vem sublinhar a urgência e a importância de obter rendimentos máximos sustentáveis na gestão das pescas. A PCP reformada estabelecerá uma estratégia de RMS eficaz, utilizando como instrumentos o total admissível de capturas (TAC), quotas e planos de gestão plurianuais por pescaria. Assinala-se assim um claro afastamento em relação aos planos destinados a unidades populacionais específicas, sendo também abrangidas mais unidades populacionais de peixes num esforço de garantir uma maior sustentabilidade.

Os pescadores receberão formação e incentivos para aplicar técnicas de pesca mais seletivas. Por outro lado, foi alcançado um acordo para identificar áreas ambientalmente sensíveis em que a pesca poderá ser restringida ou proibida.

Eliminação gradual das devoluções

Estima-se que as devoluções – a prática de rejeição ao mar de peixes não pretendidos – representem 23% do total de capturas, embora este número seja substancialmente mais elevado em algumas pescarias. Esta prática será eliminada gradualmente entre 2015 e 2019, através da aplicação progressiva de uma obrigação de desembarque para todas as capturas de espécies acima dos limites de captura ou do tamanho mínimo de referência fixado para fins de conservação. Os pescadores serão obrigados a desembarcar todas as espécies comerciais que capturarem. Para facilitar este processo, será introduzido um conjunto de instrumentos de flexibilidade, tais como a possibilidade de os Estados-Membros equipararem as atribuições de quotas às estimativas de captura, trocarem quotas, emprestarem ou reservarem um volume limitado de quotas de uns anos para os outros e, se adequado, de se candidatarem a uma isenção *de minimis* limitada.

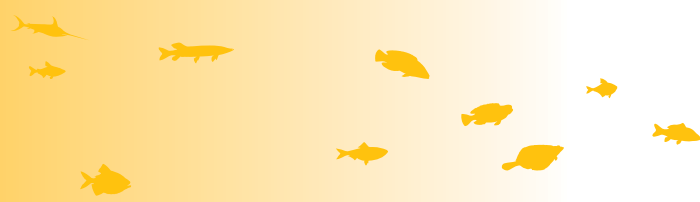
A interdição das devoluções permitirá obter dados mais fiáveis sobre as unidades populacionais, apoiar uma melhor gestão e melhorar a eficiência dos recursos. Constitui, acima de tudo, um incentivo para que os pescadores evitem capturas indesejadas através da utilização de soluções técnicas previstas na nova PCP.

Será solicitada às partes interessadas e aos Estados-Membros a elaboração de planos de devoluções específicos por região ou pescaria. A Comissão irá, além disso, incentivar os pescadores através de apoio financeiro e prático no sentido de acolherem inovações técnicas nas suas embarcações ou de participarem em projetos-piloto.

Será também concedido financiamento para melhorar os instrumentos e a tecnologia disponíveis para a elaboração mais eficaz de relatórios de conformidade e para melhorar a qualidade da documentação sobre a atividade pesqueira. Por outro lado, o controlo da qualidade e as iniciativas de comercialização por parte das organizações de produtores, assim como as campanhas de marketing dirigidas aos consumidores sobre espécies de peixe menos conhecidas, abrirão novas oportunidades e aumentarão o conhecimento dos consumidores sobre produtos marinhos comestíveis.

Conhecimento local para uma melhor tomada de decisões

A UE reconhece que diferentes regiões e comunidades dependentes do mar podem exigir medidas específicas locais. O que funciona para pequenas aldeias costeiras com uma frota artesanal não funciona necessariamente para operadores de pesca em grande escala. Algumas medidas de gestão podem ser adequadas para uma região



marinha, mas revelar-se ineficazes noutra. A reforma da PCP permite que a elaboração do plano de execução e a gestão pormenorizada das pescas sejam transferidas para os Estados-Membros. Ao abrigo de planos ou de outras medidas de conservação acordadas ao nível da União, os Estados-Membros podem criar um conjunto de recomendações sobre a melhor forma de aplicar os instrumentos de gestão disponíveis para garantir o cumprimento das metas do plano. Os Estados-Membros terão de trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas neste processo. Dessa forma, será conseguido um maior sentido de apropriação e autonomia entre os conselhos consultivos (CC), o setor das pescas e outras partes interessadas, permitindo também à Comissão acompanhar mais de perto os pro-

gressos obtidos a nível local. Para além disso, a regionalização reforçará a atual Política Marítima Integrada (PMI) através de uma melhor cooperação entre os Estados-Membros e da promoção da partilha de conhecimentos e dados.

A capacidade das frotas também será objeto de escrutínio rigoroso. A dimensão e a quantidade de embarcações em cada Estado-Membro devem ser equiparadas aos recursos explorados. Serão exigidos relatórios anuais e, se um Estado-Membro registar um excesso de capacidade para um determinado segmento da frota, terá de adotar um plano de redução ou arriscar-se à suspensão do financiamento da UE.

Aquicultura e a reforma da PCP

Um dos principais aspetos da reforma da PCP tem a ver com o impulsionamento do setor da aquicultura na UE. Tal não surpreende, uma vez que o peixe e o marisco de aquicultura são cada vez mais reconhecidos como elementos essenciais do nosso futuro abastecimento alimentar. A nível global, a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estima que cerca de metade do peixe consumido atualmente provém da aquicultura. Na UE, o peixe e o marisco importados representam 65% do consumo, sendo cada vez maior a lacuna entre a procura e a produção de peixe e marisco. Existem limites para as capturas que podem ser produzidas de forma sustentável, pelo que cabe ao setor europeu da aquicultura preencher essa lacuna. Embora a aquicultura europeia se encontre na vanguarda da experiência técnica e do cumprimento dos regulamentos ambientais, o seu crescimento está a estagnar. A reforma da PCP pretende reverter essa tendência e desbloquear o considerável potencial do setor.

A burocracia foi identificada como um dos principais inibidores do desenvolvimento e do investimento na aquicultura na UE.

As barreiras administrativas à manutenção das licenças serão reduzidas de modo a promover o empreendedorismo e o financiamento privado, sem colocar em risco o elevado nível de proteção ambiental e do consumidor consagrado na legislação europeia. Por outro lado, o ordenamento do território nas zonas costeiras e bacias hidrográficas contribuirá para garantir aos aquicultores um acesso adequado ao território e à água de que necessitam, minimizando simultaneamente o impacto no ambiente e nos setores que dele dependem, tais como o turismo.

A perceção dos consumidores acerca do peixe e marisco de aquicultura será igualmente abordada. Ao disporem de informação pertinente e imediata, os consumidores mostram-se frequentemente dispostos a pagar mais por produtos sustentáveis e de alta qualidade. Através de campanhas de rotulagem e comunicação, os consumidores serão sensibilizados para as especificações do peixe de aquicultura da UE. Isso contribuirá para uma maior competitividade do setor e para a abertura de oportunidades para nichos de mercado como a aquicultura orgânica.

Através do Observatório do Mercado Europeu dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, a Comissão irá prestar apoio prático a todas as partes interessadas no sentido de melhorar a informação económica e de mercado disponível em matéria de produtos da pesca e da aquicultura.

Melhor planeamento da produção, melhor rotulagem para o consumidor

A revisão da organização comum de mercados (OCM) capacita as organizações europeias de produtores do setor da pesca e da aquicultura para o desempenho de um papel mais interventivo na gestão, acompanhamento e regulamentação coletivos das atividades dos seus membros.

Para além disso, a maior participação dos produtores na organização da produção e da comercialização promoverá a estabilidade, enquanto uma nova abordagem à comunicação tomará os consumidores

mais informados e envolvidos. Os novos requisitos de rotulagem obrigatória informarão devidamente os consumidores no ponto de venda acerca da origem e do método de produção utilizado para o peixe e o marisco expostos, contribuindo assim para pescarias sustentáveis.

Pesca sustentável global

A reforma da PCP contém uma perspetiva internacional que ultrapassará as fronteiras da UE. De acordo com a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 30% das unidades populacionais de todo o mundo são sobreexploradas. Enquanto principal importadora de produtos da pesca, a atitude da UE deve ser igual em território europeu e estrangeiro. Por conseguinte, a Comissão Europeia estabelecerá alianças com parceiros-chave nos seus esforços para combater a pesca ilegal e a sobrecapacidade à escala mundial. Os acordos de parceria no domínio da pesca sustentável (APPS) substituirão os atuais acordos. Estes novos acordos garantirão que os recursos



haliêuticos estrangeiros são explorados com base em investigação e evidência científica fundamentada e que a pesca é dirigida unicamente aos recursos excedentários que o país parceiro não pode ou não pretende pescar.

Passos seguintes

A sustentabilidade é o princípio orientador da reforma da PCP. A nova PCP procura lançar as bases para um melhor futuro tanto para os peixes como para as pescarias. Reporá as unidades populacionais de peixes em níveis sustentáveis, porá termo a práticas de pesca que

criam desperdícios e terá benefícios a longo prazo para a Europa e o resto do mundo, desde o abastecimento alimentar à criação de emprego.

Espera-se que a nova Política Comum das Pescas seja formalmente adotada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho de Ministros das Pescas no outono de 2013 e entre em vigor no início de 2014. Será necessário um envolvimento da comunidade em geral e não apenas do setor da pesca para que funcione no terreno. As pescas são a nossa principal preocupação se quisermos consumir peixe saudável de fontes sustentáveis no futuro.



Seafood Expo promove a inovação europeia

No passado mês de abril, mais de 25 800 compradores, vendedores e representantes do setor reuniram-se em Bruxelas para a maior e mais prestigiada feira de produtos do mar em todo o mundo: a 21.ª European Seafood Exposition e a 15.ª Seafood Processing Europe. Os participantes tiveram oportunidade de interagir com uma base de clientes internacional, dar a provar os seus produtos, tomar decisões de grandes volumes de compra e conhecer as mais recentes inovações do setor.

Pelo 19.º ano consecutivo, a Comissão Europeia esteve presente num stand próprio para prestar esclarecimentos e informações sobre o seu trabalho na área dos assuntos marinhos e das pescas. Apresentou a sua nova geração de acordos de parceria no domínio da pesca sustentável, bem como um resumo das suas atividades no sentido de assegurar a higiene dos moluscos bivalves e dos produtos da pesca.

O ponto alto do evento foi o lançamento oficial, pela Comissão Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, Maria Damanaki, do Observatório do Mercado Europeu dos Produtos da Pesca e da Aquicultura (EUMOFA), disponível em <http://ec.europa.eu/fisheries/market-observatory>.

Com apenas um clique, esta base de dados multilingue em linha fornece informação abrangente e atualizada sobre primeiras vendas, vendas por grosso, importações e exportações, e consumo em toda a Europa (preços, valor e volume). Esta nova ferramenta web melhorará a estabilidade e a transparência do mercado para todas as partes interessadas, desde os produtores aos retalhistas.

O objetivo da base de dados (cujos dados provêm sobretudo das instituições europeias e das autoridades públicas dos Estados-Membros) é ajudar o setor a pescar e vender de forma mais eficiente e a melhores preços, desafiando a dependência do volume como condição prévia

para o êxito económico. Ao tomarem decisões sobre pesca e comercialização mais informadas, todas as partes podem concentrar-se em aumentar o valor e não o volume da produção, bem como em maximizar o lucro, evitando a sobrepesca nos oceanos.

A Comissária Maria Damanaki participou ainda na cerimónia de entrega de prémios do concurso culinário Olivier Roellinger para produtos do mar sustentáveis, onde entregou os prémios aos vencedores. O prémio e os respetivos vencedores personificam o tipo de inovação e diversificação que a Comissão tem vindo a promover. A Comissária Maria Damanaki referiu-se ao prémio como uma aliança entre todos os que trabalham com pescado «*para garantir que aquilo que comemos é um produto de pesca sustentável*».

Além disso, a Comissária participou num evento com a Ministra norueguesa das Pescas e dos Assuntos Costeiros, Lisbeth Berg-Hansen, no qual um grupo de alunos do ensino básico e um conhecido *chef* local cozinharam uma refeição de produtos do mar em conjunto e debateram os benefícios do peixe para a saúde.

A próxima edição da feira Seafood terá lugar em Bruxelas entre 6 e 8 de maio de 2014.

EUMOFA

Preços semanais

Principais produtos frescos e local de venda

Tendências mensais


Volume e valor por espécie e local de venda

Dados anuais

Dados consolidados por espécie e Estado-Membro

Estrutura de preços

Metodologia para compreender os preços ao longo da cadeia de abastecimento



© Névíga - Fotolia.com

E U M O F A

European Market Observatory for Fisheries and Aquaculture Products

<http://ec.europa.eu/fisheries/market-observatory>

«Para quem deseja conhecer as tendências e os motores do mercado dos produtos provenientes da pesca ou da aquicultura, o Observatório do Mercado é o recurso ideal», referiu a Comissária Maria Damanaki. «Esta ferramenta moderna permite-nos reforçar a posição dos operadores económicos através de informações fiáveis sobre o mercado em tempo real».



Dia Europeu do Mar: conectividade, turismo marítimo sustentável e gestão costeira

Este ano, La Valeta, em Malta, acolheu cerca de 850 partes interessadas, incluindo ministros nacionais, representantes dos setores público e privado e funcionários da Comissão Europeia, reunidos para participar no principal evento europeu para a indústria marítima. Dada a especial atenção prestada à bacia do Mediterrâneo, as ilhas de Malta revelaram-se um cenário adequado para a discussão da importância do papel dos mares e oceanos para os cidadãos da Europa e para os países vizinhos.

A Europa celebra todos os anos, a 20 de maio, o Dia Europeu do Mar. O principal evento desta data é uma conferência de alto nível que atrai delegados e peritos de toda a Europa e do resto do mundo. O evento deste ano permitiu obter uma perspetiva a longo prazo, uma vez que os oradores se centraram nas oportunidades potenciais para o setor, em objetivos práticos e na partilha de boas práticas.

O primeiro dia desta sexta edição do Dia Europeu do Mar foi um «Dia político», no qual os participantes debateram a aplicação da agenda de Crescimento Azul da UE.

A Comissária Maria Damanaki sugeriu que, no futuro, o turismo europeu deve passar por ofertas ao longo de todo o ano como, por exemplo, golfe especializado em Marbella, e por atrair visitantes de países em rápido crescimento (Brasil, Rússia, Índia e China), tal como demonstrado nas estâncias do Adriático. A sazonalidade foi um dos principais aspetos referidos pela Comissária, que sublinhou que, embora 60% dos turistas da UE prefiram férias junto ao mar, sete em cada dez viagens para as zonas costeiras europeias ocorrem entre junho e setembro.

A primeira sessão plenária, presidida pela Diretora-Geral Lowri Evans, foi dedicada ao investimento no turismo marítimo e costeiro sustentável. Lowri Evans incentivou todas as partes interessadas a identificar oportunidades de crescimento e a contactar os respetivos Estados-Membros e regiões com vista a incluir «projetos azuis» viáveis nas prioridades de futuros financiamentos. «No ano passado, o Dia Europeu do Mar contribuiu para desenvolver o conceito de Crescimento Azul. Este ano, o objetivo é torná-lo realidade», afirmou.

Nas outras sessões, discutiu-se a conectividade e a sua relação direta com os objetivos de Crescimento Azul da Comissão. Os participantes no Dia Europeu do Mar concordaram que, para criar oportunidades de trabalho sustentáveis e a longo prazo e estimular as economias locais, é necessário fazer mais para ligar as ilhas às zonas costeiras. Este argumento não é meramente económico, visto que, historicamente, os europeus sempre utilizaram o Mediterrâneo e o Atlântico não só para transporte e troca de alimentos, mas também como vias de comunicação cultural.



O segundo dia do Dia Europeu do Mar 2013 consistiu em 19 *workshops* organizados pelas partes interessadas e que contaram com a presença da Comissão. Os temas abordados foram vários, entre os quais:

- as relações entre a política marítima e a saúde e bem-estar humanos;
- as ilhas do Mar do Norte como catalisadoras da inovação e do desenvolvimento económico sustentáveis;
- turismo e biodiversidade – o que significa o alargamento da época turística para os ecossistemas costeiros e marinhos;
- o aumento da ocorrência de marés negras em zonas costeiras e boas práticas de resposta às mesmas do ponto de vista do turismo;
- remoção de resíduos dos quatro mares regionais da Europa;
- cooperação regional em matéria de energia eólica marítima;
- vigilância marítima nas fronteiras, segurança do tráfego e controlo das pescas, papel do Copernicus, o programa europeu de observação da Terra que combina imagens de satélite com fontes de dados locais.

A par dos dois dias de conferência, realizaram-se cerca de 15 exposições de partes interessadas do setor marítimo. Estas proporcionaram uma ampla interação entre expositores e delegados, que puderam partilhar as suas experiências e boas práticas em domínios relacionados com o setor marítimo da UE.

No próximo ano, o Dia Europeu do Mar 2014 terá lugar pela primeira vez numa cidade portuária alemã: Bremen. O evento será dedicado à tecnologia e inovação marinhas.

Plano de Ação para a Estratégia Atlântica procura proteger os ambientes marinhos e criar emprego

No âmbito do seu compromisso de preservar e promover as atividades marítimas no Atlântico, a Comissão Europeia adotou formalmente o Plano de Ação para a Estratégia Atlântica em 13 de maio de 2013. Este plano irá impulsionar a cooperação e a estratégia de Crescimento Azul na próxima década, criando oportunidades de emprego, valor acrescentado e melhorando a qualidade de vida.

O Crescimento Azul é parte essencial da Estratégia Europa 2020, destinada a promover um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável que permita à Europa sair da crise económica que atravessa. Um dos aspetos mais importantes desta estratégia é a Política Marítima Integrada (PMI), que procura maximizar a atividade e a produção de cada uma das bacias hidrográficas da Europa: Mar Báltico, Mar do Norte, Mares Célticos, Golfo da Biscaia/Costa Ibérica, Mediterrâneo e outras. A PMI gira em torno da Estratégia Atlântica, inicialmente elaborada pelo Fórum Atlântico, que se centra em ações e projetos concretos para a promoção da região.

O Fórum Atlântico reuniu representantes dos cinco países atlânticos da UE (Espanha, Portugal, França, Irlanda e Reino Unido), o Parlamento Europeu e a Comissão. Os órgãos da Comissão Europeia responsáveis pela investigação e pelo desenvolvimento regional explicaram o que podiam oferecer, tendo em conta os seus prazos e limitações, enquanto as autoridades nacionais e locais definiram as suas prioridades. Segundo os cientistas, existem vias de investigação promissoras que vão desde a energia das ondas aos produtos farmacêuticos de origem marinha. A indústria identificou os tipos de ensino, formação e competências adicionais necessários.

Durante a elaboração do plano de ação, a Comissão também analisou os aspetos comuns à costa atlântica para futuro desenvolvimento e identificou as relações entre as comunidades que vivem nesta longa extensão costeira, bem como o seu potencial de crescimento futuro.

O plano de ação integra quatro grandes prioridades:

- promover o empreendedorismo e a inovação;
- proteger, assegurar e desenvolver o potencial dos ambientes marinhos e costeiros;
- melhorar a acessibilidade e a conectividade;
- criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo.

Embora o plano de ação para o Crescimento Azul se centre sobretudo em atividades tradicionais como a pesca, a aquicultura, os transportes marítimos e o turismo, é também dada ênfase a domínios emergentes como a extração de recursos minerais, as energias renováveis e a biotecnologia. Concretamente, estão previstas ações nas seguintes áreas:

- ensino e formação;
- turismo e cultura;
- segurança e proteção;
- ecossistemas;
- mineração;
- biotecnologia;

- energias renováveis;
- infraestruturas.

O plano de ação apoiará setores como o da aquicultura, que representou 10% do consumo da UE em 2010. O aumento desse valor em 1% traduzir-se-ia em 3 000 a 4 000 novos postos de trabalho. Do mesmo modo, o aproveitamento das energias renováveis marítimas no Atlântico – eólica, ondas, marés e biomassa – irá potencialmente criar milhares de postos de trabalho, já para não falar da redução da dependência dos países da UE em relação aos combustíveis fósseis e à energia nuclear.

O plano de ação estabelece iniciativas concretas que podem representar um impulso adicional para ajudar a economia do Atlântico a atingir o seu considerável potencial.

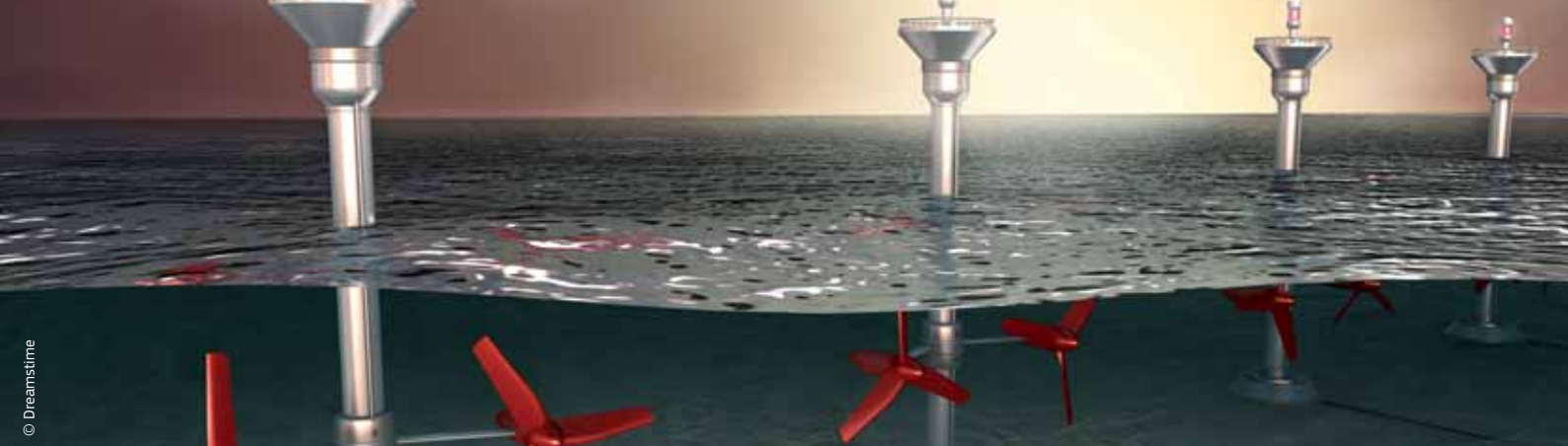
Algumas dessas ações podem ser executadas através de instrumentos da UE nas áreas da investigação ou da cooperação territorial. Isso permitirá às entidades de diferentes regiões ou aos Estados-Membros partilhar o esforço de explorar e aplicar diferentes opções com vista a atingir um objetivo comum. Outras iniciativas podem ser levadas a cabo individualmente pelos Estados-Membros. A Comissão facultará um mecanismo de assistência para que quem acreditar que pode contribuir possa encontrar parceiros e financiamento através de programas comunitários, de recursos nacionais, do Banco Europeu de Investimento e do setor privado.

Passos seguintes

Agora que a Comissão adotou formalmente o plano de ação, este será submetido à aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho. Os acordos de parceria com Estados-Membros, incluindo os que preveem a forma de utilização dos fundos comunitários, serão implementados até ao final do ano.

A Europa não é o único continente a fazer fronteira com o Atlântico Norte. Tendo em vista internacionalizar o plano de ação, a Comissão, o Canadá e os Estados Unidos assinaram uma declaração comum sobre uma parceria em matéria de investigação para o Atlântico no dia 24 de maio em Galway, na Irlanda. Tal permitirá reforçar a compreensão do sistema de interação do oceano com a atmosfera no Atlântico Norte e contribuirá para o trabalho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, que já concedeu licenças de exploração de sulfuretos polimetálicos na crista Médio-Atlântica.

O plano de ação respeita o património marítimo europeu, planeando simultaneamente o seu futuro. Maria Damanaki, Comissária Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, declarou: «O Atlântico desempenha um papel importante na história e identidade da Europa e tem um imenso potencial para o futuro desenvolvimento sustentável da Europa, que esta Estratégia e plano de ação virá explorar».



A energia oceânica representa um elevado potencial para o futuro de uma Europa de baixo carbono

A Comissão Europeia está empenhada em apoiar fontes de energia de baixo carbono e em promover o crescimento da economia azul, incentivando a cooperação entre as várias partes interessadas nos Estados-Membros e em todo o mundo. Por conseguinte, a Comissão está a avaliar opções de apoio à energia oceânica, um setor com um elevado potencial de crescimento que foi alvo de destaque na comunicação de 2012 relativa ao Crescimento Azul.

A Comissão apresentou três objetivos principais para a sua política em matéria de abastecimento de energia: segurança, sustentabilidade e competitividade da UE no mercado global. O setor em rápido crescimento da energia oceânica poderia ajudar a UE a atingir as suas metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa em 20% até 2020 e em 80 a 95% até 2050.

A Europa é líder nesta indústria emergente. O setor privado já investiu substancialmente e, desde a década de 80, a UE tem vindo a financiar de forma significativa a investigação relacionada com estas tecnologias de energias renováveis. Com mais de 10 megawatts (MW), a capacidade da Europa em termos de energia oceânica representa mais do dobro da capacidade combinada da China (4,2 MW), do Canadá (0,25 MW) e da Coreia do Sul (0,25 MW). Esta capacidade está a crescer rapidamente: há quatro anos estavam instalados apenas 4 MW, existindo agora mais de 20 MW em novos projetos que aguardam aprovação ou instalação. A Associação Europeia da Energia Oceânica (EU-OEA), que reúne importantes atores do setor, considera que a instalação e a produção de 100 gigawatts até 2050 é um objetivo realista.

O potencial de criação de emprego do setor europeu da energia marinha é considerável. Se conseguir manter-se na vanguarda e manter a liderança enquanto exportador de equipamento e experiência para o mercado internacional, o setor poderá potencialmente criar mais de 20 000 postos de trabalho diretos até 2035.¹

Energia renovável «azul»

A Comissão espera colaborar com o setor da energia oceânica e outros setores para apoiar o crescimento económico em regiões costeiras e não só, criar emprego e facilitar a exploração de diversas sinergias no âmbito da economia azul.

O vasto potencial energético dos nossos mares e oceanos pode ser explorado de várias formas e com recurso a uma variedade de tecnologias.

- **Marés:** as barragens de marés captam a energia da água à medida que esta entra e sai de baías e estuários. Este método de produção de eletricidade é preferencialmente utilizado em locais onde exista uma diferença significativa entre os níveis de água na maré alta e baixa.

As tecnologias de corrente de maré funcionam de acordo com um princípio e design semelhante ao dos aerogeradores. A energia é produzida a partir do fluxo de água, pelo que a localização ideal dos equipamentos é junto de correntes de alta velocidade em canais estreitos.

- **Ondas:** o vento agita a água e forma ondas. Os equipamentos instalados à superfície da água ou no fundo do mar captam a potência desse movimento e transformam-na em eletricidade.
- **Conversão da energia térmica dos oceanos (CETO):** a CETO é um processo que explora as diferenças de temperatura entre as camadas superficial (mais quente) e profunda (mais fria) do oceano para gerar eletricidade.
- **Gradiente de salinidade:** também denominado potência osmótica, este método utiliza a diferença das concentrações de sal entre a água salgada e a água doce. Os locais preferenciais para esta tecnologia apresentam um gradiente acentuado numa distância curta, como é o caso dos fiordes da Noruega.

O potencial é elevado, mas os obstáculos são muitos

A Comissão reconhece que, para seguir em frente, a Europa precisa de um sistema energético mais verde, mais inteligente e com uma maior conectividade. A energia oceânica pode contribuir para atingir esses objetivos. Trata-se de um recurso energético limpo, estável e previsível, visto não depender de ventos irregulares ou dos períodos de luz do dia.

No entanto, o crescimento deste setor emergente ainda enfrenta vários obstáculos. Os custos da tecnologia continuam a ser elevados, pelo que será necessário aprofundar a investigação e o desenvolvimento para tornar a energia oceânica competitiva em relação a outras fontes de energia. O elevado risco inerente às novas tecnologias e os longos períodos de retorno do investimento dos projetos dificultam o acesso a financiamento. Existem outros desafios, tais como os processos de planeamento e aprovação morosos e complexos, as incertezas acerca do impacto ambiental das instalações de energia oceânica, a insuficiência da infraestrutura de rede, as limitações da cadeia de abastecimento e a escassez de competências. A exploração da energia oceânica deve também manter-se compatível com outros tipos de utilização do espaço marítimo como a navegação, a pesca, a proteção dos ambientes marinhos, a aquicultura marinha, o turismo e o património.

Os nossos mares e oceanos são um vasto recurso energético por explorar. O seu desenvolvimento pode complementar o leque de fontes de energia da Europa, contribuindo com valiosas características como a cada vez maior previsibilidade e estabilidade. Para tornar o oceano numa fonte de energia viável nas próximas décadas e criar os milhares de postos de trabalho a ela associados, os decisores políticos e as partes interessadas do setor devem trabalhar em conjunto no sentido de eliminar os obstáculos que atualmente se colocam ao desenvolvimento desta indústria.

(1) Associação Europeia da Energia Oceânica (2013), *Industry Vision Paper 2013*

Fim da sobrepesca: muito para celebrar, muito por fazer

Uma década de esforços concertados com o objetivo de evitar o colapso das unidades populacionais e de maximizar os rendimentos sustentáveis em águas europeias começa agora a dar frutos.

As boas notícias

O documento de consulta da Comissão Europeia sobre as possibilidades de pesca para 2014, publicado a 30 de maio, realçou os progressos obtidos no sentido de pôr termo à sobrepesca. O número de unidades populacionais dentro de limites biológicos seguros no Atlântico Nordeste e águas adjacentes encontra-se agora ao nível mais elevado desde o início da década de 80, tendo aumentado gradualmente de 12 (29%) em 2003 para 24 (59%) em 2013. A percentagem de unidades populacionais sobreexploradas nestas regiões desceu de 94% em 2005 para 39% este ano. Enquanto em 2005 as unidades populacionais pescadas ao nível do rendimento máximo sustentável (RMS) eram apenas duas, esse número atinge agora 25. Segundo Maria Damanaki, Comissária Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, «estes dados mostram que medidas responsáveis de gestão das pescas podem funcionar e funcionam. Contudo, devemos intensificar os nossos esforços para acabar com a sobrepesca no prazo que estabelecemos de comum acordo».

A profundidade e a extensão do nosso conhecimento sobre as unidades populacionais são cada vez maiores. A recolha de dados e a conformidade dos mesmos melhoraram de forma significativa na última década, graças às inovações introduzidas pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM). Os cientistas conhecem a situação atual de 50% das unidades populacionais no Atlântico Nordeste e regiões adjacentes, podendo prestar aconselhamento sobre as oportunidades de pesca relativas a 77 unidades populacionais, o número mais elevado no espaço de uma década.

A redução da sobrepesca está associada a um aumento dos lucros. Devido sobretudo a preços de mercado mais elevados, a receita líquida proveniente da pesca aumentou 41%, de 324 milhões de euros em 2010 para 457 milhões de euros em 2011, de acordo com os dados mais recentes. Este aumento verificou-se apesar dos maiores custos de combustível que tomaram mais dispendiosa a gestão de frotas de pesca.



UM NOVO BOLETIM ELETRÓNICO: A DG MARE lançou um boletim eletrónico que permitirá aos leitores manter-se a par dos últimos acontecimentos referentes à pesca e assuntos marítimos na Europa, fornecendo ainda informações sobre os mais recentes estudos, publicações e vídeos produzidos e sobre eventos futuros. O boletim eletrónico encontra-se disponível para assinatura gratuita no sítio da Internet: http://ec.europa.eu/dgs/maritimeaffairs_fisheries/index_pt.htm

As notícias menos boas

Não obstante todos os progressos obtidos na redução da sobrepesca, várias espécies continuam a ser capturadas a níveis insustentáveis. 88% das unidades populacionais do Mar Mediterrâneo e do Mar Negro são sobreexploradas. O caso da sarda do Atlântico Nordeste é ilustrativo da necessidade de uma melhor cooperação internacional no âmbito da pesca sustentável. Em consequência das divergências entre a Islândia, as Ilhas Faroé, a Noruega e a UE quanto à fixação unilateral de quotas, o total admissível de capturas (TAC) em 2013 foi 36% superior ao cientificamente recomendável.

As devoluções das capturas estão a contribuir para a sobrepesca e o esgotamento das unidades populacionais. Esta prática esbanjadora de rejeitar o peixe ao mar, morto ou moribundo, ocorre frequentemente quando os pescadores pretendem respeitar as quotas atribuídas para outras espécies, procurando maximizar o valor das suas capturas ou utilizando redes de pequena malhagem para capturar espécies mais pequenas, mas mais valiosas. Embora a taxa de devolução de bacalhau no Mar do Norte esteja a diminuir, em média um quarto das capturas ainda é devolvido ao mar. Algumas espécies apresentam taxas de devolução ainda mais elevadas: cerca de 40% para a solha e 56% para o badejo. Para atingir um objetivo próximo de zero devoluções (algumas capturas involuntárias são inevitáveis nesta indústria), a UE continuará a interditar gradualmente as devoluções a partir de 1 de janeiro de 2015. Prevê-se que este esforço se prolongue por quatro anos, período durante o qual os pescadores poderão adaptar-se gradualmente a este novo sistema e modificar o seu equipamento para melhorar a seletividade do pescado.

Resta muito por fazer

A Comissão pretende alinhar a abordagem de fixação das quotas de pesca para o próximo ano com os pareceres científicos, a fim de garantir uma pesca sustentável dentro dos rendimentos máximos sustentáveis. Antes de o fazer, a Comissão irá consultar a indústria pesqueira e os Estados-Membros quanto à melhor forma de proceder. Serão também realizadas consultas com a Noruega e outros países terceiros, estando previstas mais conversações durante o segundo semestre deste ano. As quotas serão fixadas no final de dezembro.

Cupão de assinatura

Envie este cupão por correio para a seguinte morada:

Commission européenne
DG Affaires maritimes et pêche
Unité «Information, communication, relations inter-institutionnelles, évaluation et planification»
Rue de la Loi, 200
B-1049 Bruxelles

ou pelo fax (+32) 2 297 95 64

E-mail: fisheries-magazine@ec.europa.eu



Pretendo receber gratuitamente a revista *A pesca e a aquicultura na Europa* (5 números por ano) em:

BG	ES	CS	DA	DE	ET	EL	EN	FR	GA	IT	LV
LT	HU	MT	NL	PL	PT	RO	SK	SL	FI	SV	

Número de exemplares:

Nome: Apelido:

Organização/Cargo:

Rua: Número: Caixa postal:

Código postal: Cidade: País:

Tel: Fax:



Pretendo ser informado(a) das actividades da Comissão Europeia em matéria de política comum da pesca e de política marítima integrada.

E-mail:

Tomo conhecimento do compromisso da Comissão Europeia de não divulgar os meus dados pessoais a terceiros e de não os reutilizar para outra finalidade que não aquela para a qual foram recolhidos ou para fins de marketing directo ou indirecto. Poderei em qualquer momento solicitar que deixem de me contactar.

